

30
Maio
2017



CLIP PING

TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo



FACHADA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, onde detector de metais (destaque) já está instalado na recepção do prédio

Detectores de metais em fóruns na quinta

Acesso ao Judiciário capixaba será feito com identificação, vistoria das pessoas e inspeção de bagagens. Porte de arma está proibido

Vitor Carletti

Os cidadãos, promotores, advogados, defensores públicos e magistrados irão encontrar novas regras de segurança para acessar as dependências do Judiciário capixaba, a partir de quinta-feira.

O Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES) determinou que as pessoas que quiserem entrar nos fóruns e no prédio do Tribunal, em Vitória, terão de se submeter aos detectores de metais e à inspeção

de bagagens, semelhante ao que acontece em aeroportos, nas justiças Federal e do Trabalho, segundo informou a assessoria do TJ.

“O acesso às dependências do Poder Judiciário do Espírito Santo dependerá, obrigatoriamente, de identificação perante a recepção, bem como da prévia vistoria de pessoas, de objetos, e de volumes pelos equipamentos detectores de metais, assim como de inspeção de bagagens”, diz a resolução aprovada no último dia 15.

O TJ seguiu recomendação do Conselho Nacional de Justiça que instituiu o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, por meio de resolução de 2013 e a Lei Federal nº 12.694/2012, que autorizou os tribunais a tomarem medidas para reforçar a segurança dos prédios do Poder Judiciário.

O porte de arma de fogo também está proibido nas dependências do

Poder Judiciário. A exceção é para policiais que, a pedido da presidência do TJ, forem escoltar magistrados, presos, vítimas ou testemunhas; agentes de segurança do Poder Judiciário do Estado autorizados pela Assessoria de Segurança Institucional do TJ ou pelas diretorias dos fóruns.

A exceção se aplica ainda a agentes e guardas prisionais, bem como militares que estejam no exercício efetivo de escolta de presos; e transportadores de valores em serviço e vigilantes armados do TJ.

Quem não estiver dentro das exceções terá o armamento autocalado e depois poderá retirá-lo.

Magistrados e servidores que possuam lotação ou sede de seus cargos e funções na respectiva dependência do Poder Judiciário do Estado estarão dispensados de passar pelo detector de metal e da inspeção de bagagem.

AS NOVAS REGRAS

O que não é permitido



Panfletagem

> É PROIBIDA a presença de pessoa que tenha como finalidade de comerciar, panfletar, solicitar donativos ou práticas congêneres nas dependências do Poder Judiciário do Estado.



Arma de fogo

> ESTÁ VEDADA a permanência de pessoa ou de objeto que represente potencial ameaça à integridade física ou moral da instituição, de magistrados, de servidores do Judiciário ou de terceiros, em especial se portarem armas de fogo, bem como objetos perfurocortantes ou artefatos que possam apresentar risco à integridade física de outras pessoas.



Animais

> A PRESENÇA de animais também está proibida, exceto para cão-guia pertencente aos deficientes visuais. Entretanto é preciso apresentar o cartão de vacinação do animal, que esteja devidamente atualizado.



Entorpecentes

> É PROIBIDA a presença de pessoas embriagadas ou sob efeito de quaisquer substâncias entorpecentes.

Marca-passo

Quem tiver marco-passo irá precisar comprovar para entrar.

OAB diz que não se opõe, mas descarta necessidade

O presidente da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Homero Mafra, disse que no Estado não há necessidade de o TJ adotar detector de metal nos fóruns.

“Anunciada como medida geral, a OAB não se opõe, mas nos preocupa a possibilidade de discriminação à advocacia no dia a dia.”

Já o presidente da Associação dos Magistrados do Estado, Ezequiel Turibio, elogiou a medida. “Existe a necessidade de maior segurança”, disse.

Procurados, a presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário, Adda Machado, e o Ministério Público Estadual não retornaram.

TJES realiza força-tarefa para concessão de indultos a mulheres presas

O indulto é o perdão da pena e só pode ser concedido por ato exclusivo do Presidente do Brasil que este ano assinou um decreto de indulto específico para mulheres presas

O Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo instituiu uma força-tarefa para analisar os processos de mulheres presas que cumprem penas no Estado. A intenção é verificar as que tem direito ao indulto especial, concedido no mês de maio, em homenagem ao dia das mães.

O supervisor da Varas Criminais e de Execuções Penais do TJES, desembargador Fernando Zardini Antonio, explicou o objetivo da ação: “Esta é uma medida que o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo decidiu fazer no mês destinado a homenagear as mães como forma de dar uma maior resolutividade às questões que envolvem as mulheres que ocupam vagas no sistema prisional”.

De acordo com o Ato Normativo, a força tarefa terá duração de 30 dias, contados a partir do dia 24 de maio, sendo composta de 13 servidores que já estão atuando nas varas de Execução Penal, realizando o levantamento de possíveis contempladas pela indulgência total ou parcial (indulto ou comutação), sob a supervisão da Juíza Gisele Souza de Oliveira, Coordenadora das Varas Criminais e de Execuções Penais do TJES.

A coordenação dos trabalhos dos servidores na força tarefa está a cargo do analista judiciário Leandro Silva Oliveira, que destacou a importância dessa atuação com relação ao retorno social.

“Muitas dessas mulheres são primárias, cometeram crimes sem violência ou grave ameaça e são mães. O desencarceramento dessas mulheres faz com que possam retomar a criação de seus filhos e procurar trabalho, se ressocializando e se afastando da criminalidade, o que gera em todos os envolvidos na Força Tarefa muito entusiasmo e satisfação na realização dessa ação”, afirmou Leandro.

O indulto é o perdão da pena e só pode ser concedido por ato exclusivo do Presidente do Brasil. Normalmente, os indultos são concedidos no fim do ano, englobando homens e mulheres, mas este ano o Presidente da República assinou um decreto de indulto específico para mulheres presas, que foi publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de abril.

De acordo com o decreto presidencial, o indulto será concedido a presas que atendam a alguns requisitos, tais como: não estarem respondendo ou terem sido condenadas pela prática de outro crime cometido mediante violência ou grave ameaça, não terem sido punidas com a prática de falta grave além de enquadrar em, no mínimo, uma das seguintes hipóteses: mães e avós condenadas por crimes sem violência, que possuam filhos de até 12 anos de idade ou que possuam alguma deficiência e que tenham cumprido um sexto da pena, gestantes de alto risco, entre outras situações. Cumpridos os requisitos, os juízes devem declarar extinta a punibilidade.

Campanha de adoção tardia atrai famílias de vários Estados

No Espírito Santo, das 140 crianças acolhidas prontas para adoção, 86% têm mais de 08 anos de idade, 49% fazem parte de grupos de irmãos e 23,5% possuem alguma necessidade especial

Em duas semanas de campanha para adoção tardia no Espírito Santo, mais de 300 pessoas, de vários Estados, manifestaram desejo de adotar as crianças. A campanha “Esperando por você”, do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), disponibilizou em um site vídeos de 20 crianças aptas para adoção. Elas têm mais de 12 anos, algumas possuem irmãos e outras têm algum problema de saúde.

Desde o início da campanha, no dia 12 de maio, seis crianças já iniciaram o processo de adoção. De acordo com a coordenadora da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), órgão da corregedoria do TJ, Maria Inês Valinho de Moraes, famílias do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro entraram em contato com a comissão para entrar no processo de adoção.

Maria Inês explica que nesse processo de adoção, o vídeo é um diferencial, pois as famílias podem sentir pelas imagens com qual criança a identificação foi maior. “Muita gente já ligou dizendo: quando eu vi o vídeo eu fui tocada pelo fulano, pelo ciclano. Tem criança que está até sendo disputada, no bom sentido”, disse.

Segundo a coordenadora, nessa campanha o processo de adoção é mais rápido que uma adoção tradicional. “A criança já está destituída do poder familiar. Estamos privilegiando as pessoas que já estão habilitadas. As que não estão serão habilitadas durante o processo de adoção para facilitar. É para que o adolescente não fique muito mais tempo abrigado”, contou.

Atualmente, no Espírito Santo, das 140 crianças acolhidas prontas para adoção, 86% têm mais de 08 anos de idade, 49% fazem parte de grupos de irmãos e 23,5% possuem alguma necessidade especial. Segundo Maria Inês, a campanha vai continuar, pois, há outras 70 crianças com o mesmo perfil da campanha. Os interessados em adotar alguma criança da campanha pode acessar o site www.esperandoporvoce.com.br.

Preso acusado de roubo de armas

Um dos acusados de participar do roubo de 150 armas do Fórum Desembargador João Manoel de Carvalho, na Serra, Djalma Silva de Abreu Junior, de 29 anos, foi preso pela Polícia Militar, no bairro Colina de Laranjeiras, na Serra, na tarde de ontem.

A polícia chegou ao acusado por meio de denúncias anônimas e foi montado um cerco na rua da praça onde ele estava.

Djalma estava dentro de um carro, um Polo prata, junto com um rapaz de 20 anos.

Os policiais confirmaram a identificação dele e perguntaram se ele tinha conhecimento do

mandado de prisão em aberto em seu nome pelo roubo das armas, e ele confirmou ter conhecimento.

Djalma não resistiu à prisão e foi encaminhado à 3ª Delegacia Regional da Serra.

Ele informou, em depoimento, que alugou uma casa em Novo Porto Canoa, mesmo município, e estava prestes a se mudar para lá com o amigo que estava no carro.

Os PMs foram até o endereço fornecido por ele, e apreenderam tabletes de maconha no local. O amigo de Djalma ficou detido para prestar esclarecimentos. A polícia recuperou 113 armas levadas no ataque, no dia 9 de abril.

FOTOS: LEONE OLIVEIRA



DJALMA foi preso durante cerco

FABIO NUNES — 05/05/2017



ARMAS recuperadas pela polícia

SERRA**Suspeito de participar de crime em fórum é preso**

/// A Polícia Militar prendeu na tarde de ontem mais um suspeito de participar do roubo de armas do Fórum da Serra, no dia 9 de abril deste ano. Djalma Silva Abreu Junior, de 29 anos, foi detido graças a uma denúncia anônima.

De acordo com a PM, após a denúncia uma equipe da Força Tática do 6º Batalhão foi até o bairro Porto Canoa, na Serra. Djalma foi encontrado em uma rua do bairro e não resistiu à pri-

ção. Ele não portava nenhum material ilícito, mas contra ele havia um mandado de prisão por envolvimento no furto das armas.

O acusado foi encaminhado à 3ª Delegacia Regional da Serra.

No início de maio, 14 suspeitos de participação no furto de mais de 150 armas no fórum da Serra, foram presos. Entre os detidos, está um estudante de direito e ex-estagiário da 1ª Vara Criminal da Serra.

Preso mais um suspeito pelo furto de 150 armas do Fórum da Serra

A polícia chegou até o suspeito através de denúncias e da inteligência das polícias Militar e Civil. O rapaz foi preso dentro de um carro no bairro Porto Canoa, na Serra.

Mais um suspeito de envolvimento no furto de armas no Fórum Desembargador João Manoel de Carvalho, no município da Serra, no dia 9 de abril, foi preso nesta segunda-feira (29). O detido foi identificado como Djalma Silva de Abreu Júnior.

A polícia chegou até o suspeito através de denúncias e da inteligência das polícias Militar e Civil. Djalma foi preso dentro de um carro no bairro Porto Canoa, na Serra. Segundo a polícia, o veículo foi abordado e Djalma não resistiu à prisão. O suspeito foi encaminhado para o Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Laranjeiras.

Agora, a polícia está atrás de outros três suspeitos de participação no crime: Giovani Pinto de Souza e Josmar de Araújo.

Outros presos

Até o momento, além de Djalma, 14 pessoas foram presas sob suspeita de participação no crime. Um ex-estagiário do Fórum está entre os suspeitos de participar do furto. A polícia acredita que o rapaz se matriculou no curso de Direito já com o intuito de praticar o crime.

Foram mais de 150 armas de diversos calibres levadas do local. Os criminosos cavaram um buraco na parede de um cerimonial para cometer o furto. O local faz divisa com um dos cômodos do fórum. As armas haviam sido apreendidas em diversos crimes.

Segundo caseiro do cerimonial, o local foi arrendado do proprietário há cinco anos e, desde então, ele é utilizado durante a semana para estacionamento rotativo e, nos finais de semana, para locação de festas. A reserva do espaço foi feita por um homem, que se identificou como Alexandre. Seria uma festa de noivado. Ele teria feito o depósito de cerca de R\$ 400 na conta do caseiro.

Lei de Acesso à Informação

As inscrições para o curso “Acesso à Informação: uma nova cultura no serviço público” vão até o dia 8 de junho. O objetivo é capacitar os profissionais para atender às demandas da sociedade, com base na Lei de Acesso à Informação, orientando sobre os conceitos de transparência, direitos do cidadão e responsabilidades do agente público.

Voltado para servidores públicos, o curso será entre os dias 12 e 14 de junho, das 9h às 12h30, na Eesp. São 35 vagas e as inscrições podem ser feitas no RH do órgão em que o servidor estadual trabalha, por meio do Sistema de Capacitação, ou pelo e-mail inscricao@esesp.es.gov.br, no caso de servidores municipais. O curso é oferecido pela Eesp em parceria com a Secont.

Hartung defende terceirizações

O governador do Estado, Paulo Hartung (PMDB), presente no encontro promovido ontem em Vitória pela Apex Partners, defendeu a terceirização, a continuidade das reformas trabalhista e da Previdência.

Segundo ele, a área da Saúde no Espírito Santo deve ter, cada vez mais, atuação do setor privado, por meio das organizações sociais que assumem a operação de hospitais.

“Antes de pensar em mais dinheiro para a Saúde, temos de trabalhar para que o dinheiro seja melhor alocado. Já temos a terceira organização social à frente de hospitais no Estado, no Jayme Santos Neves, na Serra, e depois de reconciliação com a Justiça e o Ministério Público, estamos caminhando para ter um quarto hospital nesse modelo”, disse o gover-



HARTUNG: ação do setor privado

nador do Estado.

“No Hospital Infantil de Vila Velha, vamos ter funcionários públicos e privados sendo administrados por uma organização social. O maior investimento nestes últimos

três anos foi na Saúde, com R\$ 2,4 bilhões”, afirmou Hartung.

Segundo o governador, o País tem um atraso na legislação trabalhista. “A legislação vem de um tempo que não existe mais”, opinou ele.

Também presente no evento, o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator da reforma trabalhista em duas comissões do Senado, disse acreditar que, apesar da instabilidade política, o projeto seja votado em plenário na primeira quinzena de junho.

“As dificuldades do governo são reais, porque o problema vivido pelo Presidente é devastador. Mas havia dois caminhos: mergulhar o Congresso em uma espécie de autorrecesso ou, apesar da crise, continuar tocando as coisas que interessam ao País”, disse Ricardo.

Cachoeiro vai ganhar parque urbano

O município de Cachoeiro de Itapemirim vai ter um parque urbano de 70 mil metros quadrados com área verde, trilhas, mirantes, calçadão e ciclovia.

A nova área de lazer será implantada perto do centro da cidade, na Ilha da Luz, que no passado foi um espaço muito frequentado pelas famílias, mas que atualmente não tem a mesma procura por falta de atrativos.

A obra será custeada pela BRK Ambiental, empresa que assumiu o controle do serviço de água e esgoto no lugar da Odebrecht Ambiental, como compensação ao município por ter instalado uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) no espaço.

A medida é resultado de ação movida pelo promotor de Justi-

ça, Wagner Eduardo Vasconcelos, da 14ª Promotoria de Justiça Cível, que está intermediando a assinatura de termo de ajustamento de conduta (TAC) com a empresa, a prefeitura e o Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema).

Para implantar o parque urbano, será necessário demolir o pavilhão de eventos, onde anteriormente eram realizados shows, e a escola municipal Mário Augusto Rocha, além de pavimentos e a estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Social (Semdes).

São quase 9 mil metros quadrados de área edificada a ser retirada da ilha. Somente o prédio da Guarda Municipal continuará no espaço.

ALESSANDRO DE PAULA



PAVILHÃO de eventos vai ser demolido para dar lugar ao parque

OCUPAÇÃO EM PRÉDIO

Justiça determina reintegração de posse

Ocupado por cerca de 300 pessoas no início do mês, o edifício Presidente Vargas, imóvel da União no centro de Vitória, teve a reintegração de posse determinada pela Justiça. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região concedeu liminar para a reintegração, após pedido da Procuradoria da União no Espírito Santo.

Para cumprimento da decisão, foi autorizado que os oficiais de Justiça requisitem o auxílio dos órgãos estaduais e municipais responsáveis pela assistência social, bem como auxílio da força policial, a ser usada dentro dos limites da razoabilidade, garantindo a segurança e integridade física dos ocupantes, levando em conta a presença de idosos e crianças no prédio.

A Polícia Militar informou que não recebeu oficialmente nenhuma ordem judicial para reintegração de posse no local informado. A nota foi enviada às 17h30 de ontem.

Os ocupantes do prédio foram

para o local após terem sido retirados no final de abril, de um terreno particular conhecido como Fazendinha, no bairro Grande Vitória. Antes de ocupar o prédio do Centro, o mesmo grupo também esteve por alguns dias na Casa do Cidadão, em Maruípe.



IMÓVEL ocupado no Centro

ANTIGO IAPI

Justiça determina reintegração de posse

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu liminar para a União para a reintegração de posse do Edifício Presidente Vargas, o antigo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), localizado na Praça Costa Pereira,

Centro de Vitória. O prédio foi ocupado por cerca de 300 pessoas no início de maio. São grupos de famílias que buscavam um local para morar. Em primeira instância, a Justiça Federal havia negado o pedido de

reintegração de posse, mas condicionou a saída dos ocupantes a ações como a elaboração de cadastro dos invasores e inserção em programa habitacional. A Procuradoria da União no Estado (PU/ES) recorreu, informou que após a decisão aumentou o número de ocupantes do local, entre outros argumentos.



Ocupantes colocaram barracas no primeiro andar